



## CAMPANHA SALARIAL 2016

# Nossa greve vai às ruas em favor da melhoria da educação pública

“A greve vai pra rua. Reitor, a culpa é sua!”. Com palavras de ordem duras os estudantes e os trabalhadores fizeram um protesto no “tapetão” da Bambini contra os cortes de verbas na Unicamp e a reposição salarial.

Durante o ato, os manifestantes distribuíram uma Carta Aberta que apresentava as reivindicações do movimento. A intenção foi de conscientizar a sociedade em relação à greve unificada na Unicamp e, especialmente, sobre o cenário caótico que se encontra as Universidades Estaduais Paulistas.

Os trabalhadores estão muito insatisfeitos com a postura do reitor Tadeu, presidente do Cruesp, de não reabrir a negociação da data-base.

Neste período de mais de 30 dias de greve várias manifestações já foram realizadas. A cada dia que passa a indignação dos trabalhadores aumenta e o movimento grevista se fortalece diante da intransigência do reitor Tadeu.

“Já imaginou o estudante sem moradia, o negro que não pode entrar na faculdade e a área de saúde sem equipamentos médicos adequados? É exatamente o que está acontecendo na Unicamp. E para completar, o reitor corta as verbas e trata com descaso os trabalhadores”, desabafa um estudante. Os cortes de verba na universidade de mais de 40 milhões afetam a estrutura, precarizando o atendimento e os serviços, enquanto os salários ilegais acima do teto, como o do reitor de 52

mil, consomem em torno de 35 milhões ao ano.

A “greve na rua” é um instrumento importante de luta da categoria. Além disso, precisamos mobilizar a sociedade a nosso favor porque nossas reivindicações são justas e motivadas pela preocupação com a qualidade do serviço público oferecido à população e com as condições de trabalho.

### Hoje tem debate jurídico sobre a greve

O advogado do STU, dr. Cremasco, participará hoje de atividade da greve que debaterá dissídio coletivo, audiência de conciliação e as questões legais que nos garante o direito de greve. O debate será às 13h, no PB-13.

Pedro AmatuZZi



Manifestação no “Tapetão da Bambini (acima), a marcha Antirracista no IMECC e debate sobre o desmonte do SUS, na DGA (abaixo)



Interessados em participar da Caravana Nacional em Defesa do SUS, dia 6/07 em Brasília, convocado pela Fasubra, deverão se inscrever até o fim do dia no sindicato para reservar vaga no ônibus.

## AGENDA

### 1 de julho (hoje)

10:00 exibição e debate sobre o filme “Intervenção - Unicamp”, no PB 13

13h – Debate Jurídico sobre a greve, no PB-13

14h – Atividade Cultural no PB

### 4 de julho (segunda)

13h - Comando de Greve, no PB-13

### 5 de julho (terça)

10h - Assembleia Geral

## Todos os dias no Caism

8h30 - Reunião do plantão da manhã (na recepção do Caism)

13h30 – Reunião do plantão da tarde (na recepção do Caism)

21h - Reunião do plantão da noite (na recepção do Caism)

# Escritório Cremasco encaminhará nova ação contra descontos do Iamspe

Os servidores estatutários que tiverem interesse em ingressar com ação para cancelar aos descontos compulsórios ao Iamspe em seus vencimentos podem contar com os advogados, embora os custos processuais sejam de responsabilidade integral dos interessados porque esta não é uma ação do sindicato. As ações serão patrocinadas em caráter particular pelo Escritório de Advocacia Cremasco. Para fazer parte das ações é necessário entregar até o dia 31 de julho cópia de RG e holerite recente, além de assinar procuração.

Já existem inúmeras decisões assegurando o direito a servidores estaduais de outras categorias não serem obrigados a contribuir com o Instituto, caso não utilizem o atendimento do hospital e sua rede credenciada.

O STU defende a ampliação do atendimento e considera fundamental uma estrutura pública de atenção à saúde do funcionalismo, mas avalia que é legítimo que os usuários tenham a opção de escolher utilizar ou não os serviços do Iamspe.



**O Departamento de Aposentados do STU participou ontem (30) do ato organizado pela FAPESP em defesa da Previdência Social, contra a Reforma da Previdência e a extinção do Ministério da Previdência, em frente à Superintendência do INSS, no Largo Santa Efigênia, em São Paulo.**

## OPRESSÕES

# STF transforma Bolsonaro em réu por incitação ao estupro

A primeira turma do Supremo Tribunal Federal decidiu nesta terça-feira (21) aceitar as denúncias do Ministério Público Federal e da deputada Maria do Rosário (PT/RS) contra o também deputado federal Jair Bolsonaro (PSC/RJ) por incitação ao estupro.

Em dezembro de 2014, em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, Bolsonaro afirmou que não estupraria a deputada porque ela “não merecia”. Questionado no dia seguinte pelo jornal “Zero Hora”, o parlamentar reafirmou que a deputada “não faz meu gênero, jamais a estupraria”.

Nota no site do STF destaca que o relator dos processos, ministro Luiz Fux, entendeu que “as palavras do parlamentar podem ser interpretadas

com o sentido de que uma mulher não merece ser estuprada quando é feia ou não faz o gênero do estuproador.” Ainda segundo o ministro, “dá a entender que o homem estaria em posição de avaliar qual mulher poderia e mereceria ser estuprada.”

As palavras de Bolsonaro geraram indignação em todo o país e repercutiram internacionalmente. Milhares de mulheres realizaram manifestações clamando “Fora, Bolsonaro”. A Associação Juizes pela Democracia e mais de uma dezena de entidades feministas protocolaram representação pela cassação do mandato do ex-militar reformado do Exército por ter vazado para a revista Veja um plano de explodir bombas em instalações da força armada em “protesto” por melhores salários.

Para a diretoria do STU, o acolhimento das denúncias pelo Supremo é uma vitória de todas as mulheres. Especialmente daquelas que já foram vítimas do hediondo crime de estupro. O sindicato continuará acompanhando o caso e se somando às mulheres que exigem agora a condenação de Bolsonaro.

Nesta semana o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados também decidiu instaurar processo contra Bolsonaro pela apologia ao estupro e também à tortura, em razão de sua homenagem ao torturador Carlos Alberto Brillante Ustra durante a votação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados

Com informações do STF e do Observatório da Imprensa.